

Parte I

Da implantação de programas de história oral

Um programa de história oral se caracteriza por desenvolver projetos de pesquisa fundamentados na produção de entrevistas como fonte privilegiada e, simultaneamente, constituir um acervo de depoimentos para a consulta do público. Pesquisas individuais, como teses acadêmicas, podem produzir um conjunto de depoimentos, mas, ao contrário do que objetiva um programa, tal conjunto não se destina, de antemão, a formar um acervo aberto à consulta. A implantação e a estrutura de um programa de história oral são, portanto, necessariamente mais complexas do que a investigação de um objeto de estudo por meio da metodologia de história oral sem a preocupação de formar um acervo de depoimentos.

Como qualquer pesquisa histórica, aquela realizada por um programa requer, necessariamente, um *projeto de pesquisa*, no qual sejam sistematizados e definidos os objetivos da investigação, o tema, o recorte de análise, as hipóteses, a metodologia etc. Tal projeto tem o propósito de fixar quais questões se colocam ao objeto de estudo e quais os caminhos que a investigação deve percorrer para melhor aproximar-se das respostas.

Ora, esse esforço de sistematização do conteúdo da pesquisa — do *o que*, *por que* e *como* se pretende investigar — não constitui novidade na realização de pesquisas. Para alguns talvez seja novidade a escolha da metodologia de história oral, que imprime algumas especificidades ao projeto: é necessário que as questões colocadas ao objeto de estudo sejam condizentes com o emprego de uma metodologia qualitativa de investigação e que a realização de entrevistas de história oral constitua efetivamente caminho apropriado diante das perguntas que o pesquisador se faz.

Quando se trata da formação de um programa de história oral, devem-se definir também os procedimentos que serão adotados na preservação e na socialização de seu acervo. Isso significa que o projeto de constituição de um programa é necessariamente institucional. Para que o programa efetivamente funcione, é preciso contar com um local apropriado para sua instalação e com uma equipe de trabalho permanente. No local escolhido deve ser possível fornecer condições de trabalho à equipe, gravar entrevistas, acondicionar com segurança o acervo produzido e o equipamento de gravação e atender a pesquisadores. A definição dessas condições no momento de elaboração do projeto é fundamental para determinar o número e o tipo de recursos (de pessoal, de equipamento, de tempo, financeiros etc.) necessários à execução dos trabalhos.

O projeto de implantação de um programa deve dar conta, ao mesmo tempo, dos objetivos da *pesquisa* e da constituição da *documentação*. Sem ele, é impossível resolver que procedimentos serão adotados em todas as etapas a serem cumpridas: quem, como e quantos entrevistar, o que pesquisar e como fazer os roteiros, qual a duração das entrevistas, quantos profissionais estarão envolvidos e quais serão suas especialidades, como preservar e tratar os documentos e, finalmente, como divulgar o acervo.

Nesta primeira parte do manual, trataremos das especificidades de um projeto de pesquisa em história oral, da formação da equipe de trabalho de um programa e do material necessário a seu funcionamento — três questões básicas a serem observadas quando da implantação de programas de história oral. Como, entretanto, as características institucionais não anulam o que há de comum entre programas de história oral e pesquisas que usam a mesma metodologia sem a preocupação de constituir acervo, o que se segue também pode interessar aos que pretendem desenvolver pesquisas de história oral em caráter não institucional.

1. O projeto de pesquisa

Fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho à disposição de falar um pouco sobre suas vidas. Essa noção simplificada pode resultar em um punhado de gravações, de pouca ou nenhuma utilidade, que

permanecem guardadas sem que se saiba muito bem o que fazer com elas. Muitas vezes tal situação é criada por uma concepção talvez ingênua e certamente equivocada de que a história oral, em vez de meio de ampliação de conhecimento sobre o passado, é, digamos, o próprio passado reencarnado em registros gravados — como se o simples fato de deixar registrados depoimentos de atores e/ou testemunhas do passado eximisse o pesquisador da atividade de pesquisa.

Sendo um método de pesquisa, a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um *projeto de pesquisa* previamente definido. Assim, antes mesmo de se pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A história oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado.

Não é nossa intenção dissertar sobre a elaboração de projetos de pesquisa — isso é matéria que ultrapassa os objetivos deste manual. Entretanto, como a metodologia adotada em uma pesquisa influi diretamente sobre seu andamento, consideramos relevante chamar a atenção para alguns aspectos a serem observados quando da elaboração de projetos de pesquisa que tomam a história oral como método privilegiado de investigação.

1.1 A escolha do método

De modo geral, qualquer tema, desde que seja contemporâneo — isto é, desde que ainda vivam aqueles que têm algo a dizer sobre ele —, é passível de ser investigado através da história oral. Contudo, como qualquer método, a história oral tem uma natureza específica que condiciona as perguntas que o pesquisador pode fazer. Em se tratando de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram, é fundamental que tal abordagem seja efetivamente relevante para a investigação que se pretende realizar.

Deve ser importante, diante do tema e das questões que o pesquisador se coloca, estudar as narrativas dos entrevistados acerca do assunto analisado. Ou mais precisamente: tais narrativas devem ser, elas mesmas, objeto de análise. Assim, uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta “como os entrevistados viam e veem o tema em questão?”. Ou: “o que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado?”.

Sejamos mais claros. Suponhamos que se pretenda estudar a história de determinada empresa. Haveria diversas maneiras de abordar o tema. Uma delas consiste em pesquisar os documentos escritos que a empresa produziu desde sua criação: seus estatutos, as atas de reuniões, as faturas, a correspondência etc. Uma pesquisa sistemática nessas fontes pode resultar na produção de um documento de trabalho que dê conta da trajetória da empresa, seus percalços, o tipo e o número de funcionários empregados ao longo dos anos, as mudanças de rumo, sua relação com o mercado, a estrutura de produção etc. Outra possibilidade consiste em empregar a metodologia de história oral: dirigir o foco de interesse não para aquilo que os documentos escritos podem dizer sobre a trajetória da empresa, e sim para as narrativas que aqueles que participaram de, ou testemunharam, tal trajetória podem fornecer sobre o assunto. Isso pressupõe que o estudo de tais narrativas seja relevante para o objetivo da pesquisa.

Se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as narrativas dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido. Ou seja: voltando ao exemplo acima, caso seja pertinente estudar a história da empresa tomando como foco o ponto de vista dos que dela participaram, o conjunto de documentos escritos que ela produziu serve de apoio para a investigação e de instrumento de análise das entrevistas. Um relatório assinado por um dos diretores da empresa, por exemplo, pode servir de contraponto ao relato que esse mesmo diretor fornece 30 anos depois sobre o mesmo assunto.

Quanto à escolha do método, então, é preciso compreender que a opção pela história oral depende intrinsecamente do tipo de questão colocada ao objeto de estudo. Por outro lado, ela também depende de haver condições de se desenvolver a pesquisa: não é apenas necessário que estejam vivos aqueles que podem falar sobre o tema, mas que estejam disponíveis e em condições (físicas e mentais) de empreender a tarefa que lhes será solicitada.

1.2 A escolha dos entrevistados

Começamos novamente por um exercício de negação. Assim como dizíamos que a história oral não constitui um fim em si mesma, independente de uma pesquisa, a simples existência de entrevistados em potencial também não justifica seu emprego. Ou seja: não é porque em determinado momento se disponha de “pessoas” interessadas em falar sobre o passado que iremos iniciar uma pesquisa de história oral.

A escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa. Assim, retomando o exemplo da pesquisa sobre a história de uma empresa, se seu objetivo principal for o

estudo das relações trabalhistas estabelecidas em determinado período, será necessário escolher os possíveis entrevistados entre as pessoas que efetivamente podem contribuir nesse sentido, como trabalhadores, diretores da empresa, representantes sindicais etc. Se, por outro lado, o interesse específico repousar sobre as relações entre a empresa e o Estado, a escolha dos entrevistados poderá recair sobre os dirigentes da empresa e altos funcionários do governo, por exemplo. Por fim, se os objetivos da pesquisa forem de âmbito mais abrangente, envolvendo todos os aspectos vinculados à história da empresa, o universo de entrevistados em potencial se alargará consideravelmente, desde empregados e diretores, passando por funcionários do governo e representantes sindicais, eventualmente por membros de outras empresas, até usuários de seus serviços e consumidores de seus produtos, por exemplo.

É no contexto de formulação da pesquisa, durante a elaboração de seu projeto, portanto, que aparece a pergunta “quem entrevistar?”. Sua ocorrência é simultânea à opção pelo método da história oral, uma vez que tal opção só é viável se houver pessoas a entrevistar. Se os objetivos da pesquisa forem claros, será possível dar um primeiro passo em direção à resposta, determinando que tipo de pessoa entrevistar (os diretores da empresa, os empregados, os representantes sindicais...?), para então proceder a uma seleção (quais diretores, quais empregados...?).

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de “informantes” em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas — em função de sua relação com o tema estudado (seu papel estratégico, sua posição no grupo etc.).

Escolher essas “unidades qualitativas” entre os integrantes de uma determinada categoria de pessoas requer um conhecimento prévio do objeto de estudo. É preciso conhecer o tema, o papel dos grupos que dele participaram ou que o testemunharam e as pessoas que, nesses grupos, se destacaram, para identificar aqueles que, em princípio, seriam mais representativos em função da questão que se pretende investigar — os atores e/ou testemunhas que, por sua biografia e por sua participação no tema estudado, justifiquem o investimento que os transformará em entrevistados no decorrer da pesquisa.

O conhecimento prévio do objeto de estudo é requisito para a formulação de qualquer projeto de pesquisa. No caso da história oral, dele dependem as primeiras escolhas que devem ser feitas no encaminhamento da pesquisa: que pessoas entrevistar, que tipo de entrevista adotar e quantas pessoas ouvir (sobre os dois últimos aspectos, ver adiante). Tais escolhas fazem parte da prática da história oral e devem ser objeto de reflexão no momento de elaboração do projeto de pesquisa. Convém então recorrer a fontes secundárias e à documentação primária, se possível, para, conhecendo melhor o tema, imprimir uma base consistente ao recorte. Caso não se disponha de fontes suficientes para esse conhecimento prévio, pode ser adequado realizar algumas entrevistas curtas, de cunho exploratório, que forneçam informações úteis para o processo de escolha.

No projeto de pesquisa convém listar os prováveis entrevistados sobre os quais se pretende investir ao longo do trabalho, justificando, em cada caso, a escolha. Isso pode ser feito acrescentando-se ao nome do possível entrevistado um resumo de sua participação no tema. Tal listagem deve ser tomada como uma relação dos entrevistados *em potencial* daquela pesquisa, já que está sujeita a circunstâncias que podem modificar os rumos do trabalho.

Uma primeira circunstância diz respeito à disponibilidade real do ator selecionado: é preciso considerar a possibilidade de determinadas pessoas se negarem a prestar depoimentos sobre o assunto, bem como que estejam excessivamente ocupadas para cederem parte de seu tempo à realização de entrevistas. Essas circunstâncias forçosamente alteram a listagem inicialmente elaborada e podem resultar na substituição dos nomes antes considerados por outros. Se determinado representante sindical, por exemplo, não se dispuser, de modo algum, a conceder a entrevista, é preciso pensar na conveniência de substituí-lo por outro que, por sua trajetória e atuação, possa ocupar espaço semelhante na investigação do objeto de estudo. Outra circunstância que pode alterar a listagem inicial diz respeito ao surgimento, no decorrer da pesquisa, de nomes antes não considerados. Durante a realização de uma entrevista, por exemplo, pode acontecer de determinado entrevistado chamar a atenção para a atuação de um terceiro, antes desconhecido, cujo depoimento passe a ser fundamental para a pesquisa. Novos atores e/ou testemunhas podem também surgir a partir do estudo mais detalhado da documentação, que pode trazer informações sobre o envolvimento de outras pessoas no tema.

Por fim, é possível que a listagem seja ainda alterada em virtude de o desempenho de certos entrevistados não corresponder às expectativas iniciais. Sua participação no tema pode não ter sido tão profunda quanto parecia — o que, dependendo da pesquisa, pode se transformar em dado significativo porque suscita a reflexão a respeito das razões que levaram os pesquisadores à imagem inicial do entrevistado; sua disposição para narrar e refletir sobre experiências vividas pode ser reduzida; sua memória, assim como a capacidade de articulação do pensamento, podem ser insuficientes para os

propósitos da entrevista e assim por diante. Nesses casos, há que decidir, no decorrer da pesquisa, se cabe acrescentar novos depoimentos ao conjunto, para completar as lacunas abertas por esse tipo de insuficiência.

Podemos concluir, então, que a escolha dos entrevistados, por mais criteriosa e justificada que seja durante a formulação do projeto de pesquisa, só é plenamente fundamentada no momento de realização das entrevistas, quando se verifica, em última instância, a propriedade ou não da seleção feita. É nesse momento que se pode avaliar a outra face da escolha, aquela que até então permanecia desconhecida por dizer respeito apenas ao entrevistado, não se deixando apreender pelos critérios do pesquisador antes de iniciada a entrevista. Trata-se do estilo do entrevistado, de sua predisposição para falar sobre o passado, do grau de contribuição daquele depoimento para o conjunto da pesquisa.

Há, portanto, um último fator que incide sobre a propriedade da escolha dos entrevistados de uma pesquisa de história oral, o qual, entretanto, dificilmente pode ser incorporado aos critérios de seleção no momento de elaboração do projeto de pesquisa, pois independe dos pesquisadores e da formulação do objeto de estudo. Estamos falando daquilo que poderíamos chamar de “bom entrevistado”. Há pessoas que, por mais representativas que sejam para falar sobre determinado assunto, simplesmente não se interessam por, ou não podem, explorar extensivamente sua experiência de vida e discorrer sobre o passado, como talvez sua posição estratégica no tema o fizesse crer. Isso não quer dizer que a escolha tenha sido equivocada. Ao contrário: ela continua plenamente justificada pelos objetivos do estudo e pode se tornar particularmente relevante quando tomamos a própria parcimônia do discurso como objeto de reflexão, quando nos perguntamos por que o entrevistado, que tem todas as razões para prestar um depoimento aprofundado sobre o assunto, não se dispõe a (não sabe, não quer, não pode) falar sobre ele com igual intensidade. O ideal seria poder escolher entrevistados dispostos a revelar sua experiência em diálogo franco e aberto e que, de sua posição no grupo ou em relação ao tema pesquisado, fossem capazes de fornecer, além de informações substantivas e versões particularizadas, uma visão de conjunto a respeito do universo estudado. Como na definição do “bom entrevistado” de Aspásia Camargo:

Aquele que, por sua percepção aguda de sua própria experiência, ou pela importância das funções que exerceu, pode oferecer mais do que o simples relato de acontecimentos, estendendo-se sobre impressões de época, comportamento de pessoas ou grupos, funcionamento de instituições e, num sentido mais abstrato, sobre dogmas, conflitos, formas de cooperação e solidariedade grupal, de transação, situações de impacto etc. Tais relatos transcendem o âmbito da experiência individual, e expressam a cultura de um povo, país ou Nação, chegando, a partir de categorias cada vez mais abrangentes — por que não? —, ao denominador comum à espécie humana.¹⁰

No Cpdoc, o objetivo inicial de estudar a trajetória e o desempenho das elites políticas brasileiras fez com que o acervo constituído até o início dos anos 1990 fosse composto predominantemente de entrevistas de pessoas que desempenharam funções relevantes em acontecimentos e conjunturas históricas desde a década de 1920. A escolha dos entrevistados muitas vezes coincidia então com sua predisposição e vontade de falar sobre o passado. Geralmente as pessoas mais velhas, quando estão aposentadas ou se afastaram do centro da atividade política, voltam suas atenções para aquilo que foram ou fizeram. Como consequência, se sentem mais à vontade para falar sobre sua experiência e interpretar o passado, reavaliando inclusive suas posições e atitudes, como uma espécie de “balanço” da própria vida. Além de não correrem mais muitos riscos ao revelarem acontecimentos ou opiniões que, à época em que ocorreram, poderiam comprometer os envolvidos, os entrevistados mais velhos em geral gostam de falar sobre o passado e sobre sua atuação, principalmente se sua experiência puder se perpetuar, na forma de gravação, para além do momento da entrevista.

Voltemos à listagem dos entrevistados em potencial, elaborada durante a formulação do projeto de pesquisa. Já prevendo as alterações que tal listagem pode sofrer no decorrer da pesquisa, pode ser útil ampliá-la propositadamente, incluindo todas as possibilidades de investimento permitidas pelo recorte de análise, ou seja, um maior número de pessoas possível, independentemente de serem entrevistadas em sua totalidade. Ao lado desse universo extenso, devem-se destacar as prioridades: aqueles atores e/ou testemunhas sobre os quais se procurará investir antes de recorrer a alternativas.

Como, entretanto, a realização de entrevistas constitui o centro de um trabalho de história oral, todo planejamento de um programa depende de certo grau de definição da quantidade de entrevistas que se pretende realizar. Dependem desse fator o orçamento, o material, o pessoal envolvido e o cronograma de trabalho, entre outros. Assim, para não prejudicar o planejamento da pesquisa com a adoção de uma listagem por demais extensa e flexível, já que é impossível precisar com rigor quantas e quais pessoas serão entrevistadas, convém deslocar a previsão para a quantidade de horas de entrevistas gravadas que se pretende alcançar ao final do projeto. O número estimado de horas gravadas é uma boa base para o cálculo de custos de um projeto de história oral.

1.3 O número de entrevistados

As considerações sobre a escolha dos entrevistados em uma pesquisa de história oral levam naturalmente à questão de quantas pessoas entrevistar ao longo do trabalho. De novo tal decisão

depende diretamente dos objetivos da pesquisa. Se ela estiver sendo desenvolvida fora do âmbito de um programa de história oral, o número de entrevistados pode até se restringir a uma única pessoa, se seu depoimento estiver sendo tomado como contraponto e complemento de outras fontes e for suficientemente significativo para figurar como investimento de história oral isolado no conjunto da pesquisa.

Essa circunstância não se aplica, entretanto, àquelas pesquisas, institucionais ou não, que adotam a história oral como metodologia de trabalho, tomando a produção de entrevistas e sua análise como investimento privilegiado. Nesses casos, o que interessa é justamente a possibilidade de comparar as diferentes perspectivas dos entrevistados sobre o passado, tendo como ponto de partida e contraponto permanente aquilo que as fontes já existentes dizem sobre o assunto. Assim, é natural que, quanto mais entrevistas puderem ser realizadas, mais consistente será o material sobre o qual se debruçará a análise.

Isso não quer dizer que se deva passar a realizar indiscriminadamente o maior número possível de entrevistas, como se a simples quantidade pudesse, por si só, garantir a qualidade do acervo produzido. Ao contrário: já dissemos que a escolha dos entrevistados de uma pesquisa de história oral segue critérios qualitativos, e não quantitativos. Ocorre que tais critérios devem levar em conta também quantos entrevistados são necessários para que se possa começar a articular os depoimentos entre si e, dessa articulação, chegar a inferências significativas para os propósitos da pesquisa. Ou seja: uma única entrevista pode ser extremamente relevante, mas ela só adquire significado completo no momento em que sua análise puder ser articulada com outras fontes igualmente relevantes. No caso da metodologia de história oral, essas outras fontes são também e prioritariamente outras entrevistas. O número de entrevistados de uma pesquisa de história oral deve ser suficientemente significativo para viabilizar certo grau de generalização dos resultados do trabalho.

Ora, assim como não se pode estabelecer com precisão quais serão os depoentes de uma pesquisa de história oral no momento de elaboração do seu projeto, é também muito difícil definir, de antemão, quantos entrevistados serão necessários para garantir o valor dos resultados da pesquisa. É somente durante o trabalho de produção das entrevistas que o número de entrevistados necessários começa a se descortinar com maior clareza, pois é conhecendo e produzindo as fontes de sua investigação que os pesquisadores adquirem experiência e capacidade para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos do estudo. Esse processo ocorre em qualquer pesquisa: é o pesquisador, conhecendo progressivamente seu objeto de estudo, quem pode avaliar quando o resultado de seu trabalho junto às fontes já fornece material suficiente para que possa construir uma interpretação bem fundamentada. Assim, a decisão sobre quando encerrar a realização de entrevistas só se configura à medida que a investigação avança.

Como forma de operacionalizá-la, pode ser útil recorrer ao conceito de “saturação”, formulado pelo sociólogo Daniel Bertaux.¹¹ De acordo com esse autor, há um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa. Quando as entrevistas realizadas em uma pesquisa de história oral começam a se tornar repetitivas, continuar o trabalho significa aumentar o investimento enquanto o retorno é reduzido, já que se produz cada vez menos informação. Esse é o momento que o autor chama de ponto de saturação, a que o pesquisador chega quando tem a impressão de que não haverá nada de novo a apreender sobre o objeto de estudo, se prosseguir as entrevistas. Chegando-se nesse ponto, é necessário mesmo assim ultrapassá-lo, realizando ainda algumas entrevistas, para certificar-se da validade daquela impressão. O conceito de saturação, entretanto, só pode ser aplicado, segundo Bertaux, caso o pesquisador tenha procurado efetivamente diversificar ao máximo seus informantes no que diz respeito ao tema estudado, evitando que se esboce uma espécie de saturação apenas em função de o conjunto de entrevistados ser de antemão muito homogêneo.

Apesar de ser impossível estabelecer com antecedência o número exato de pessoas a entrevistar no decorrer da pesquisa, a listagem extensa e flexível dos entrevistados em potencial, acompanhada do registro dos que nela são prioritários, já fornece uma ideia do número de entrevistas que podem ser realizadas. Assim, se dissemos ser impossível fixar previamente quantas pessoas serão entrevistadas, isso não quer dizer que a questão escape a qualquer tipo de estimativa. É o recorte do objeto de estudo que vai informar, inicialmente, o número de pessoas disponíveis e em princípio capazes de fornecer depoimentos significativos sobre o assunto. Se tal recorte, por exemplo, recair sobre os dirigentes de uma empresa, o número de entrevistados em potencial nesse universo será de antemão delimitado pelo número de diretores em condições de ceder entrevistas. O que se deve observar é que esse número seja suficientemente representativo para engendrar uma análise comparativa consistente. Se apenas um diretor estiver disponível para prestar o depoimento, é o caso de se pensar em ampliar o recorte, incorporando outras categorias de atores e/ou testemunhas à investigação.

1.4 A escolha do tipo de entrevista

Sempre de acordo com os propósitos da pesquisa, definidos com relação ao tema e à questão que se pretende investigar, é possível escolher o tipo de entrevista a ser realizado: entrevistas *temáticas* ou entrevistas de *história de vida*.

As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados. Podemos concluir desde já que uma entrevista de história de vida é geralmente mais extensa do que uma entrevista temática: falar sobre uma vida, realizando cortes de profundidade em determinados momentos, exige que entrevistado e entrevistador disponham de tempo bem maior do que se elegessem apenas um desses cortes como objeto da entrevista.

Apesar dessas diferenças, ambos os tipos de entrevista de história oral pressupõem a relação com o método biográfico: seja concentrando-se sobre um tema, seja debruçando-se sobre a vida do depoente e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória, a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência.

Decidir entre um ou outro tipo de entrevista a ser adotado ao longo da pesquisa depende dos objetivos do trabalho. Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma “extraído” da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas. Escolhem-se pessoas que dele participaram ou que dele tiveram conhecimento para entrevistá-las a respeito. Numa entrevista de história de vida, diversamente, a preocupação maior não é o tema e sim a trajetória do entrevistado. Escolher esse tipo de entrevista pressupõe que a narração da vida do depoente ao longo da história tenha relevância para os objetivos do trabalho. Assim, por exemplo, se no estudo de determinado tema for considerado importante conhecer e comparar as trajetórias de vida dos que nele se envolveram, será aconselhado realizarem-se entrevistas de história de vida. Ou, por outra, se a pesquisa versar sobre determinada categoria profissional ou social, seu desempenho, sua estrutura ou suas transformações na história, torna-se igualmente aconselhada a opção por entrevistas de história de vida.

É possível que em determinado projeto de pesquisa sejam escolhidos ambos os tipos de entrevista como forma de trabalho. Nada impede que se façam algumas entrevistas mais longas, de história de vida, com pessoas consideradas especialmente representativas ou cujo envolvimento com o tema seja avaliado como mais estratégico, ao lado de entrevistas temáticas com outros atores e/ou testemunhas. Isso depende, novamente, da adequação desse procedimento aos propósitos do projeto.

Nos primeiros 20 anos de existência do Programa de História Oral do Cpdoc adotou-se preferencialmente a entrevista de história de vida como método de trabalho, porque o projeto que orientava as atividades visava ao estudo da trajetória e do desempenho das elites políticas na história contemporânea do Brasil. Mesmo nesse contexto, houve casos em que a opção pela entrevista temática se fez necessária. Muitas vezes, o entrevistado não dispunha de tempo suficiente para conceder um depoimento de história de vida, geralmente mais longo do que a entrevista temática. Nesses casos, apesar do interesse em abarcar toda sua trajetória de vida e de tomá-lo como centro da entrevista, éramos obrigados a eleger determinado tema no qual tivesse tido uma atuação destacada — um período, uma função que exerceu, a participação em certo episódio, por exemplo —, a fim de evitar a perda de um registro considerado relevante para o projeto. Em alguns desses casos foi possível voltar ao entrevistado anos mais tarde, em circunstâncias favoráveis para a realização de uma entrevista de história de vida, o que explica em grande parte a existência, no Programa de História Oral do Cpdoc, de duas entrevistas realizadas com o mesmo depoente em períodos distintos.

À medida que o Programa foi diversificando seus projetos, a realização de entrevistas temáticas tornou-se mais frequente. Nessas entrevistas, que se estendem por uma ou mais sessões e podem ter de duas a 10 horas de duração, por exemplo, procuramos dar conta da parte inicial da vida do entrevistado (origens familiares, socialização, formação etc.), a fim de situarmos melhor quem fala e por que optou (ou não) pela trajetória que o levou a participar do tema em questão.

1.5 O papel do projeto de pesquisa em programas de história oral

Tudo o que dissemos até aqui sobre os fatores que devem ser considerados durante a elaboração de um projeto de pesquisa de história oral diz respeito à investigação científica propriamente dita, ou seja: às questões que se colocam os pesquisadores, à abordagem do objeto de estudo e às decisões que devem ser tomadas em função da opção pela história oral. Nesse sentido, tais procedimentos se aplicam a qualquer projeto de pesquisa de história oral, institucional ou não.

No presente item procuraremos acrescentar às considerações já feitas as especificidades de um projeto de pesquisa elaborado no âmbito de um programa de história oral. E a primeira delas diz respeito ao caráter em princípio permanente das atividades de pesquisa. Ou seja, a implantação de um programa de história oral vem acompanhada de projeções de longo prazo; a intenção de constituí-lo é também a intenção de inaugurar um tipo de trabalho que se estenderá por muitos anos, sem previsão

de término. Nesse sentido, convém em primeiro lugar que o recorte inicial do objeto de estudo seja suficientemente abrangente para viabilizar o investimento contínuo de realização de entrevistas. Poder-se-ia chamar esse recorte de tema continente, passível de ser desdobrado em temas paralelos, objetos de investigação específica.

No Cpdoc, por exemplo, o Programa de História Oral se instituiu em 1975 com o tema continente “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”. Essa escolha orientou-se pelo próprio perfil da instituição, que guarda arquivos privados de homens públicos e que prioriza como área de pesquisa a história política do Brasil. A definição do tema continente de um programa de história oral é uma decisão eminentemente institucional, que transcende interesses conjunturais e pessoais. No interior do projeto inicial do Cpdoc arrolaram-se segmentos como políticos propriamente ditos, militares, elite burocrática; temas como tenentismo, Revolução de 1930, regime militar, além de divisões regionais e geracionais. Com a ampliação das áreas de atuação do Centro, os projetos de história oral passaram a se voltar também para outras direções de interesse político, econômico, social e cultural, de modo que atualmente podemos definir nosso acervo de entrevistas como dizendo respeito a acontecimentos e conjunturas da história contemporânea do Brasil, especialmente a partir dos anos 1930.

É importante que um programa, no momento em que é implantado, defina sua linha de acervo, dada pelo “tema continente” dentro do qual desenvolverá suas atividades. Essa linha conferirá ao programa uma identidade institucional, facilitando inclusive a consulta dos depoimentos produzidos, uma vez que os pesquisadores externos saberão de antemão que tipo de preocupação rege a realização das entrevistas e que tipo de entrevistados poderão encontrar no acervo. Se, ao contrário, um programa produzir suas entrevistas sem se preocupar em manter um mínimo de coerência na escolha dos entrevistados ao longo dos anos e na formulação das questões que orientam as atividades, o resultado pode ser pouco operacional para fins de consulta, uma vez que se terá blocos de entrevista sem relação entre si e com um tema principal, tornando-se difícil identificar o que, afinal, orienta aquele acervo e que universo de atores e/ou testemunhas ele abarca.

Por outro lado, o estabelecimento do tema continente também deve levar em conta o tipo de demanda dos usuários em potencial, tendo em vista as linhas de acervo adotadas em outras instituições, como arquivos, bibliotecas e universidades. É importante verificar se o tema continente realmente contribui para o desenvolvimento da pesquisa histórica e de ciências humanas; se aquele conjunto de documentos produzidos fornece a possibilidade de investimento em assuntos ainda não cobertos por outros acervos, ou se, ao contrário, o tema continente escolhido resultará apenas em uma duplicação de fontes já disponíveis.

Note-se então que o tema continente, além de viabilizar o caráter em princípio permanente do programa, uma vez que pode ser desdobrado em uma gama de temas correlatos, também diz respeito à linha de acervo que se pretende inaugurar, tocando assim em outra especificidade básica do projeto de pesquisa elaborado no contexto de um programa de história oral, qual seja, o objetivo de atender a um público de pesquisadores. Pode-se dizer que esse objetivo e a perspectiva de longo prazo são os dois fatores primordiais que diferenciam o projeto de pesquisa de um programa daquele formulado em caráter não institucional.

Ora, a preocupação com o público deve ser incorporada aos objetivos do projeto de implantação de um programa de história oral e renovada a cada projeto parcial que for elaborado ao longo dos anos. É preciso ter claro que um dos objetivos do programa é o de abrir seu acervo à consulta de pesquisadores externos, que precisam ser informados sobre quem é o entrevistado e sobre os propósitos da entrevista. É por essa razão que a entrevista deve contemplar a história de vida do entrevistado — se não toda, pelo menos a parte da biografia que permite identificar melhor quem fala e de que pontos de vista (como já foi dito: origens familiares, socialização e formação, por exemplo).

Se o objetivo de constituir um acervo para ser aberto à consulta já interfere na formulação das questões a serem investigadas e nos procedimentos de realização das entrevistas, sua influência é ainda maior no planejamento do trabalho que se segue à gravação de cada depoimento. Isso porque é evidentemente necessário que a entrevista seja preservada, além de tratada antes de ser liberada para consulta. É preciso que o programa estabeleça as normas de preservação e de tratamento, produza os instrumentos de auxílio à consulta e providencie a carta de cessão do depoimento, sem a qual a entrevista permanece fechada ao público.

O trabalho da fase posterior à realização das entrevistas, matéria da qual trata a Parte IV deste manual, deve constar do projeto de pesquisa de um programa de história oral, pois incide diretamente sobre o planejamento das atividades, dos recursos humanos, do material necessário, do orçamento e dos prazos. É no momento de formulação do projeto que se deve fixar que procedimentos serão adotados na preservação do acervo e em sua abertura para consulta.

Uma visão geral das responsabilidades envolvidas na produção e na gestão de entrevistas no âmbito de programas de história oral pode ser obtida consultando-se o documento “Rotinas de produção e gestão do acervo”, reproduzido no apêndice deste manual (apêndice 1).

2. Formação da equipe

O número e a especialidade dos profissionais que formam a equipe de um programa dependem

diretamente das diretrizes fixadas no projeto inicial de pesquisa. Eles devem levar em conta a linha de acervo, os procedimentos adotados na preservação e no tratamento das entrevistas, os resultados esperados, os prazos e os recursos financeiros de que dispõe a instituição.

2.1 Pesquisadores

Um programa de história oral não funciona sem uma equipe de pesquisadores, responsável pelo estudo das fontes primárias e secundárias relativas ao objeto de investigação, pela elaboração do roteiro geral de entrevistas, pela preparação e realização das entrevistas, por parte do tratamento dos depoimentos gravados e pela análise do material produzido, com vistas à produção de documentos de trabalho que sistematizem os resultados obtidos com a pesquisa.

Assim, o primeiro passo de constituição da equipe de um programa deve ser o de providenciar a contratação dos pesquisadores. Os critérios de seleção, além de passarem pela competência e seriedade dos profissionais, devem levar em conta suas áreas de interesse e especialidades. É em função dos objetivos da pesquisa e da abordagem do objeto de estudo que tais critérios podem ser delineados. Se, por exemplo, determinado programa se volta para o estudo da história das empresas de uma região específica, tendo como interesse primordial sua relação com a formação econômica da região, é importante que conte, em sua equipe, com pesquisadores especializados em história econômica. A formação dos pesquisadores selecionados, portanto, deve coincidir com os propósitos do estudo.

Como, entretanto, os objetivos de um programa ultrapassam aqueles de uma única pesquisa, já que seus resultados serão socializados entre os pesquisadores que consultarem o acervo, convém também incorporar à equipe pesquisadores de diferentes especialidades, de modo a abarcar, na produção das entrevistas, um universo diversificado de questões e abordagens. Assim, ao lado do especialista em história econômica mencionado no exemplo, pode ser conveniente contar com pesquisadores especializados em história política ou em ciência política, para procurar entender as articulações entre as empresas e a política local e nacional; com pesquisadores da área de história social ou de sociologia, para estudar as transformações engendradas pelo funcionamento das empresas; ou ainda com pesquisadores voltados para a história das mentalidades ou a antropologia, para apreender possíveis mudanças nas concepções de mundo geradas pelo crescimento econômico. Mesmo que não seja possível incorporar à equipe pessoas efetivamente especializadas em diferentes áreas do conhecimento, é oportuno considerar a relativa diversidade de interesses como fator positivo para o desenvolvimento dos trabalhos.

Convém procurar selecionar os pesquisadores de um programa entre aqueles que possam se adequar à metodologia de história oral, identificando-se com a abordagem qualitativa, e, principalmente, entre aqueles que possam desempenhar a contento a função de entrevistadores (sobre o papel do entrevistador numa entrevista de história oral, ver Parte III). É muito importante que o pesquisador seja capaz de sustentar um diálogo franco e aberto com o entrevistado, respeitando-o como diferente e contribuindo para que seja produzido um depoimento de alta qualidade.

Observados esses critérios qualitativos de seleção, vejamos agora quantos pesquisadores são necessários para que se constitua uma equipe. O trabalho de um programa de história oral é fundamentalmente um trabalho de equipe. Ele exige, como se verá adiante, constantes decisões em conjunto, a serem tomadas em todas as etapas e conforme surjam problemas específicos — e não são poucos os casos que fogem à regra, pois trata-se de uma metodologia que depende fundamentalmente da relação com os entrevistados. Assim, é necessário que os membros da equipe estejam integrados entre si e com o projeto de pesquisa e que discutam periodicamente o andamento das atividades. Para estabelecer seu número, é preciso considerar que os pesquisadores geralmente trabalham em dupla quando estão engajados na preparação e na realização de uma entrevista (sobre a conveniência desse número, ver Parte III), e que cada entrevista pode se prolongar por muitas semanas, especialmente no caso das de história de vida. Durante esse período, cada dupla de pesquisadores estará preparando e realizando sessões de entrevista periódicas, uma ou duas vezes por semana.

Ora, o investimento exigido pelas entrevistas sempre ultrapassa o número de horas despendido em sua gravação: é necessário preparar cuidadosamente cada sessão, elaborando os roteiros parciais; reservar pelo menos o quádruplo do tempo de gravação para a elaboração dos instrumentos de auxílio à consulta e as tarefas de processamento da entrevista (ver Parte IV), além de prever que geralmente se gasta uma manhã ou tarde inteiras para a gravação de uma sessão (é preciso deslocar-se até o local da entrevista, empreender uma conversa inicial, instalar o equipamento, reservar espaço para as interrupções etc.). Assim, uma sessão que se estenda, por exemplo, por duas horas de gravação, na verdade exige dos pesquisadores mais de 10 horas de dedicação, entre sua preparação, sua realização e seu tratamento. É claro que tal estimativa não tem nenhum caráter fixo e serve aqui tão somente para deixar claro que o investimento do pesquisador ultrapassa largamente a duração de uma entrevista.

Além disso, é preciso considerar que o trabalho realizado muitas vezes não é visível e sofre atrasos significativos, em função de tentativas frustradas de contatar entrevistados, da necessidade de recorrer a outros, quando os que estavam previstos se encontram impossibilitados de dar entrevistas, ou ainda do cancelamento de entrevistas por parte do entrevistado. Pode acontecer, por exemplo, de se

interromper por várias semanas um depoimento em decorrência de uma doença ou de uma viagem do entrevistado.

Em função do volume de investimento necessário à atividade de realização de entrevistas, não convém que um pesquisador se ocupe de mais de três sessões por semana. Assim, cada dupla pode, no limite, se ocupar de três entrevistados simultaneamente, se cada um deles estiver fornecendo seu depoimento uma vez por semana. Há que se considerar ainda que, durante a realização de entrevistas, a equipe deve se reunir periodicamente para trocar informações e avaliar o andamento dos trabalhos. Desse modo, se uma dupla estiver engajada em três depoimentos simultaneamente, realizando entrevistas, digamos, às segundas, quartas e sextas-feiras, nos outros dias estará ocupada com as atividades de preparação e tratamento e com as discussões, na equipe, de avaliação do trabalho.

Isso tudo serve de pano de fundo no momento de estabelecer quantos pesquisadores serão necessários à execução dos trabalhos. Considerando os prazos, os recursos financeiros e o número de horas gravadas que se pretende alcançar, é possível chegar a um número de pesquisadores satisfatório, que garanta a execução do trabalho.

Já que o trabalho de um programa de história oral requer o engajamento de uma equipe de pesquisadores que avalie constantemente os resultados alcançados e discuta as questões da pesquisa, e já que as entrevistas são preferencialmente realizadas em dupla, segue-se que o número mínimo ideal de composição da equipe é de quatro pesquisadores, que permite a formação de duas duplas de entrevistadores e garante a prática de trabalho em grupo.

2.2 Consultores

Para completar a qualificação da equipe de pesquisadores de um programa, pode ser útil recorrer à contratação temporária de outros profissionais, caso haja necessidade de cobrir áreas de conhecimento específico.

Suponhamos, por exemplo, que em determinado projeto se torne necessário aprofundar os conhecimentos sobre uma área que os pesquisadores não dominam: direito trabalhista, processo de produção de determinada mercadoria, contabilidade, geologia... Nesses casos, pode ser conveniente contratar um especialista no assunto para fins de consultoria, a quem caberá esclarecer os pesquisadores sobre as especificidades da matéria, tornando-os capazes de conduzir uma entrevista sobre o assunto.

Eventualmente, os consultores podem ser chamados a participar de algumas entrevistas. Nesse caso, devem estar a par do projeto que orienta a pesquisa e da especificidade da metodologia empregada, bem como ter os atributos necessários a um bom entrevistador de história oral.

2.3 Técnico de som

Além dos pesquisadores, a equipe de trabalho de um programa de história oral deve contar com um técnico de som, encarregado da gravação e da preservação da entrevista gravada. Para pesquisas cujos propósitos não incluem a constituição de um acervo permanente para consulta, nas quais os depoimentos de história oral são produzidos para uso exclusivo dos pesquisadores diretamente envolvidos no estudo, é possível prescindir do técnico de som, uma vez que qualquer pesquisador é capaz de operar um gravador portátil para registrar entrevistas. Entretanto, havendo necessidade de preservar as gravações para consulta posterior e sendo frequente sua escuta, cabe contar com um profissional especializado para cuidar do acervo gravado.

O técnico de som, além de conhecer o equipamento e ser capaz de otimizar os recursos de que dispõe, deve ter habilidade para organizar o material gravado, ordenando e catalogando os arquivos a fim de viabilizar sua consulta, bem como sua utilização no decorrer do tratamento das entrevistas.

2.4 Estagiários

A equipe de um programa de história oral pode ser reforçada pelo trabalho de estagiários, estudantes de graduação das áreas de história e ciências sociais, ou de outras disciplinas vinculadas ao tema da pesquisa. Trabalhando em um programa, o estagiário adquire experiência e se especializa, podendo inclusive ser treinado com vistas a ser incorporado à equipe tão logo esteja formado. O programa, por sua vez, pode se beneficiar desse tipo de trabalho, designando ao estagiário tarefas que vão desde a participação no levantamento de dados em arquivos e bibliotecas para a preparação dos roteiros das entrevistas, passando pela elaboração de sumários e índices e pela verificação dos dados necessários à conferência de fidelidade da transcrição, e estendendo-se até a catalogação das entrevistas. Evidentemente, tais tarefas devem ser constantemente supervisionadas. A qualidade do trabalho dos estagiários depende, em primeiro lugar, de uma boa seleção e, em segundo lugar, do cuidado com seu treinamento inicial. Assim, cabe aos pesquisadores responsáveis promover a integração do estagiário com a pesquisa, colocando-o a par do projeto, do método utilizado e da prática de trabalho, e avaliando, com ele, os resultados de suas primeiras tarefas, para que possa aprender, na prática, como

efetivamente deve proceder. Uma vez bem treinado, a equipe do programa adquire confiança em seu trabalho, e o estagiário passa a se tornar elemento fundamental para o andamento da pesquisa.

2.5 Profissionais envolvidos no processamento das entrevistas

Chamamos de processamento da entrevista o conjunto de etapas necessárias à passagem do depoimento da forma oral para a escrita (a esse respeito, ver Parte IV). Não há dúvida de que a consulta ao documento na forma escrita oferece menos dificuldade do que a audição de sua gravação: a leitura transcorre com rapidez e é mais fácil para o pesquisador selecionar os trechos que lhe interessam. Além disso, a gravação de um depoimento nem sempre é clara e audível, podendo levar a erros de compreensão, principalmente quando são enunciados nomes próprios desconhecidos do pesquisador. Por outro lado, a transcrição de um depoimento envolve, além de altos custos financeiros, uma série de problemas no que tange à transformação do discurso oral em discurso escrito. Se o usuário do programa estiver interessado nos pormenores da fala do entrevistado — como entonação, dicção, pronúncia, titubeações etc. —, é melhor que consulte a gravação do depoimento.

Como ambas as formas de consulta apresentam aspectos favoráveis e desfavoráveis, a decisão acerca da passagem do documento da forma oral para a escrita deve ser tomada em função dos propósitos e das possibilidades do programa. Nos primeiros 15 anos de atividades do Programa de História Oral do Cpdoc, por exemplo, todas as entrevistas liberadas eram abertas à consulta na forma de texto, passando pelas etapas de transcrição, conferência da transcrição e copidesque, mas, devido aos altos custos e às necessidades de tempo e pessoal disponível para as tarefas, nos anos 1990 passamos a transcrever apenas uma parte das entrevistas, disponibilizando as demais em áudio ou vídeo (o usuário do programa consulta diretamente a gravação).

A passagem das entrevistas da forma oral para a escrita implica contratar profissionais habilitados para as tarefas de *transcrição* propriamente dita e de *copidesque* das entrevistas, atividades que serão aprofundadas na Parte IV. É conveniente que esses integrantes da equipe tenham, além do domínio da língua, algumas noções do tema pesquisado, porque o conhecimento dos assuntos tratados e das designações utilizadas durante as entrevistas pode auxiliá-los a desincumbirem-se de suas tarefas. Como a transcrição e o copidesque são feitos diretamente no computador, é necessário que os profissionais dominem também o processador de texto e o programa de escuta de áudio utilizados pela instituição.

O número desses profissionais varia em função da extensão do projeto, ou, mais especificamente, em função das horas de gravação e do prazo de realização da pesquisa: quanto mais curto esse prazo e quanto mais horas gravadas, maior o número de transcritores e copidesques necessários para o cumprimento desse trabalho. Sua seleção pode ser feita por meio de testes, explicando-lhes previamente como se espera seja empreendida a tarefa. Assim, ao candidato a transcritor poderá ser sugerido que transcreva um trecho de entrevista, enquanto o candidato a copidesque poderá ser solicitado a trabalhar sobre algumas laudas de um trecho já transcrito.

2.6 Editores especializados

A constituição e a preservação de um acervo de entrevistas, sua análise e sua abertura para consulta são as principais metas de um programa de história oral. Muitos projetos podem ter também como objetivo a publicação das entrevistas gravadas, o que permite atingir um público bem mais amplo do que aquele que se dirige ao programa para consultar os depoimentos.

Como as entrevistas muitas vezes contêm trechos repetidos e não obedecem a uma ordem temática ou cronológica (o entrevistado pode pular de assunto, retomar em sessões posteriores um assunto já tratado etc.), a publicação do material tal qual foi gravado pode tornar o texto inadequado para leitura. É possível recorrer então a editores especializados — seja editores de texto, quando a entrevista for publicada em livro, seja editores de imagens, quando a entrevista for tornada pública em vídeo, por exemplo. O editor ordena a entrevista de acordo com uma sequência temporal e/ou temática, retira repetições, reúne trechos que tratam de um mesmo assunto, divide o material em capítulos etc. É necessário que seja uma pessoa hábil em suas tarefas, que domine o português (ou, no caso de vídeos, os equipamentos e as possibilidades de uma ilha de edição) e que respeite as intenções e a fala do entrevistado. O editor dificilmente trabalhará sozinho, pois o processo de edição de entrevistas exige o envolvimento permanente de pesquisadores e estagiários, na revisão do texto, na elaboração de notas e de índices.

Apêndice — Cronograma de trabalho

A elaboração de projetos de pesquisa requer geralmente um cronograma de trabalho, que varia, evidentemente, de acordo com os objetivos da pesquisa e o tempo disponível para realizá-la. Deixando de lado as especificidades de cada projeto, vejamos algumas questões relativas ao método de trabalho com a história oral que podem servir de orientação para a elaboração do cronograma de uma pesquisa

nessa área.

É preciso reservar uma boa parte do início do cronograma à *pesquisa* e à *elaboração do roteiro geral* de entrevistas, etapa de aprofundamento no tema e de preparação da equipe. Durante esta fase, se estará também procedendo à *seleção dos primeiros entrevistados*, aos quais se chega à medida que o estudo sobre o tema indica com que pessoas convém iniciar a pesquisa. Ao lado dessa seleção, começam os *primeiros contatos* com os entrevistados em potencial, para com eles acertar a realização das entrevistas. Esses contatos podem prolongar-se por um período maior do que o previsto, havendo inclusive o risco de serem frustrados, devendo-se então proceder a novas seleções e contatos.

É conveniente estabelecer os primeiros contatos quando a equipe já estiver razoavelmente preparada para as entrevistas, porque pode acontecer de determinado entrevistado, por restrições de tempo ou outras limitações, só estar disponível para dar seu depoimento imediatamente após o contato. Em outros casos, é possível estabelecer com o entrevistado um prazo para o início das entrevistas, durante o qual os pesquisadores terão condições de estudar aquele caso específico e elaborar o roteiro individual de entrevista.

Como resultado dos acertos efetuados nos primeiros contatos, as próximas etapas a serem previstas no cronograma são a *elaboração dos roteiros individuais*, seguida da *realização das entrevistas*. Esta última exige um segmento maior do cronograma, podendo estender-se até um pouco antes do prazo de encerramento da pesquisa.

Logo após o início da etapa de realização de entrevistas, deve-se registrar o trabalho de *preservação das gravações*, bem como todas as tarefas vinculadas a seu *tratamento* e, se for o caso, à sua *transformação em documento escrito*.

Eventualmente, se constar dos objetivos do projeto a elaboração de um *catálogo* dos depoimentos produzidos no período, deve-se prever, nos últimos meses do cronograma, a preparação dos originais e o trabalho de revisão do material a ser publicado.

Finalmente, caso esteja prevista a *produção de artigos*, ou mesmo de um *livro* sobre o assunto estudado, com base na pesquisa e nas entrevistas realizadas, tal trabalho deve ser evidentemente incluído no cronograma. O mesmo se aplica ao trabalho de edição e *publicação das entrevistas* propriamente ditas.

Apenas a título de exemplo, vejamos como se apresentaria um cronograma de pesquisa para 12 meses, estando prevista a realização de cerca de 35 horas de entrevistas gravadas:

Atividades/meses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Pesquisa e elaboração do roteiro geral de entrevistas	x	x	x									
Aquisição do equipamento	x	x										
Contatos iniciais e elaboração dos roteiros individuais de entrevista			x	x	x	x	x	x	x			
Realização das entrevistas				x	x	x	x	x	x			
Preservação e tratamento das entrevistas				x	x	x	x	x	x			
Passagem para a forma escrita e elaboração de instrumentos de auxílio à pesquisa					x	x	x	x	x	x		
Edição das entrevistas								x	x	x	x	x
Elaboração de catálogo											x	x
Produção de artigo/livro											x	x

¹⁰ CAMARGO, Aspásia. *História oral e história*. Rio de Janeiro: Cpdoc, 1977. 17f. p. 4-5 (Trabalho apresentado no I Seminário Brasileiro de Arquivos Municipais. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2-6 ago. 1976).

¹¹ BERTAUX, Daniel. L'approche biographique. Sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, PUF, v. 69, p. 197-225, juil./déc. 1980.